

Garimpeiros em trabalho  
Lenções — Bahia



INVENTÁRIO DE  
PROTEÇÃO DO  
ACERVO  
CULTURAL DA  
BAHIA

VOL. IV - MONUMENTOS E SÍTIOS DA SERRA GERAL E CHAPADA DIAMANTINA

# INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA

## EXECUTADO POR

Arq. PAULO O. D. DE AZEVEDO COORDENADOR  
Arq. ODETE DOURADO  
Arq. MANOEL HUMBERTO SILVA SANTOS

## EQUIPE DE APOIO

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA  
SILVANA J. DE CARVALHO, MÁRCIA JUREMA MAGALHÃES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO E DESENHO  
ARIOSVALDO C. DA SILVA, RAIMUNDO ROCHA, JOSÉ CARLOS MORAES,  
VERA LÚCIA CHAVES BARBISA, JÓNATHAS C. DO NASCIMENTO

REVISÃO VERNÁCULA  
BÁRBARA C. DE JESUS

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA  
NÁDIA FERNANDES SOUZA

REVISÃO GRÁFICA  
FERNANDO COLOMBO BARRETO JÚNIOR

DATILOGRAFIA  
RADIJA CHOUCAE BRAGA

OBSERVAÇÃO  
NA DOCUMENTAÇÃO DE CAMPO E FOTOGRÁFICA, ALÉM DOS Arqts.  
ODETE DOURADO E MANOEL SILVA SANTOS, PARTICIPOU O Arq.  
FRANCISCO SOARES SENNA.

VOL. IV

MONUMENTOS E SÍTIOS DA SERRA GERAL E CHAPADA DIAMANTINA • 2ª EDIÇÃO.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA • SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO • IPAC • SALVADOR, 1997.

# INTRODUÇÃO

A descoberta do ouro, nos últimos anos do século XVII, no interior do país, inaugurou um novo ciclo econômico no Brasil e foi fator decisivo na ocupação de seu interior. Da Cordilheira do Espinhaço, que corre paralela ao Atlântico, do centro de Minas Gerais até o norte da Bahia, brotava a riqueza mineral do país. Entre 1690 e 1770 o Brasil era o maior fornecedor mundial de ouro e diamantes. Mais de 44% do ouro produzido, nesta época, era brasileiro (1). O ouro brasileiro mudaria o curso da história da Europa. Pelo Tratado de Methuen, de 1703, Portugal se obrigava a desativar suas manufaturas, inclusive a nascente indústria têxtil, em troca de os ingleses consumirem sua produção de vinho. Por força deste tratado foram para a Inglaterra, via Portugal, aproximadamente 120.000.000 de libras de ouro brasileiro, que serviram para financiar a Revolução Industrial e fazer da Inglaterra uma potência mundial no século XIX (2). O fausto de Portugal, no século XVIII, deve-se também ao ouro e diamantes brasileiros. Os maiores monumentos portugueses são daquele período, inclusive o famoso Palácio-Mosteiro de Mafra, réplica lusa ao Escorial de Madrid, com 860 cômodos.

Esta riqueza da Metrópole contrastava com as condições de vida modestas da Colônia. No Sertão baiano, de onde vinha grande parte desta riqueza, os garimpeiros viviam em "tocas" e se alimentavam de uma ração semanal, o "saco", como veremos adiante. A descoberta do ouro provocou, por outro lado, a desorganização / da economia açucareira do Recôncavo, na primeira metade do século XVIII, devido à drenagem para suas lavras de enormes contingentes de força de trabalho escravo (3) e a mudança da Capital do país para o Rio de Janeiro. Vejamos onde e como se desenvolveu a civilização, se assim se pode chamar, da mineração na Bahia.

## PAISAGEM AGRESTE

A Serra Geral e a Chapada Diamantina são o prolongamento no Estado da Bahia do

sistema orográfico do Espinhaço. Na delimitação da área de realização deste inventário adotamos como unidade territorial básica as Micro-Regiões Homogêneas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Como Serra Geral entende-se, portanto, a Micro-Região 137. A Chapada Diamantina, segundo o IBGE, é constituída por duas micro-regiões: Chapada Diamantina Setentrional (MR-135) e Meridional (MR-136). Neste estudo incluímos também o Piemonte da Diamantina, Micro-Região 139, onde se encontrou, pela primeira vez, ouro e diamantes na Bahia. A área de estudo compreende, portanto, quatro micro-regiões, oitenta e cinco municípios e 125.782km<sup>2</sup>.

Com altitudes médias em torno de 1.000 metros, a Chapada Diamantina eleva-se como uma importante muralha que separa o Vale do São Francisco, situado a oeste, e os terrenos que a leste se estendem até o litoral. Serve, assim, de divisor de águas entre os afluentes do São Francisco e rios como o Paraguaçu e Contas. A Chapada Diamantina está formada por rochas metamórficas de duas séries principais:

- a) Série Jacobina, Eopaleozóica, discordante sobre embasamento cristalino formada por rochas em geral silicosas: quartzitos, filitos e xistos dobrados. Em sua base encontram-se xistos-sericitosos, menos resistentes que quartzitos superiores.
- b) Formação Tombador, Paleozóica, constituída por quartzitos maciços dispostos em camadas horizontais em discordância sobre o embasamento cristalino.

As duas séries apresentam-se com formas variadas podendo ser recobertas por calcários da formação Bambuí. Seu modelado resultou, provavelmente, de uma tectônica

ca Pós-Paleozóica de arqueamentos e basculamentos de grande raio de curvatura que ondularam as formações Paleozóicas (4). Segundo TRICART & SILVA, a Chapada é o resultado de uma inversão do relevo, pois os planaltos são recobertos por sedimentos cujos elementos detríticos foram fornecidos pela dorsal Pré-Cambriana, atualmente deprimida, situada entre a Chapada e o Litoral. Esta inversão já havia sido realizada no Cretáceo (5).

Os rios escavaram seus vales profundos nas formações arenítico-quartzíticas da cobertura, atingindo camadas subjacentes menos resistentes, como os calcários da formação Bambuí e gnaisses e micaxistos Pré-Cambrianos. É através destas gargantas que se tem acesso ao planalto. Revolvendo o cascalho do leito destes rios encachoeirados, garimpeiros extraíram, no século XVIII, muitas arroubas de ouro, especialmente na Bacia do Rio de Contas e, no século seguinte, grandes quantidades de diamantes e carbonados nas nascentes do Paraguaçu.

A Chapada Diamantina e a Serra Geral apresentam um clima tipicamente tropical com precipitações pluviométricas máximas no verão e/ou outono e mínimas no inverno e/ou primavera. As chuvas não são, porém, muito abundantes, estando toda a região incluída no Polígono das Secas. A maior parte da região apresenta clima Tropical Semi-Úmido com precipitações pluviométricas entre 750 e 1.000mm anuais e quatro a seis meses sem chuvas. A faixa compreendida entre o Vale do São Francisco e a encosta a sotavento da Chapada Diamantina, faixa que inclui os municípios de Palmas de Monte Alto, Igaporã, Paramirim, Boninal, Gentio do Ouro e Irecê, entre outros, apresenta clima Tropical Semi-Árido com sete a oito meses de estio e total de precipitações entre 500 e 750mm anuais. Ocorrem, porém, pequenas manchas de clima Tropical Úmido na encosta oriental do planalto, a barlavento dos alísios, onde a topografia favorece à precipitação de chuvas. As mais importantes destas manchas são: Barra da Estiva, Lençóis (1.363mm anuais) e Jacobina, com apenas dois ou três meses secos. Não obstante sua baixa latitude, 11° a 14° sul, a Chapada Diamantina, devido à altura, apresenta um clima privilegiado com zonas de regime Sub-Tropical, como Morro do Chapéu e Rio de Contas, onde a média no mês de julho é de 16,4° C, enquanto a anual é inferior a 20° C. Estas temperaturas são muito amenas, se comparadas com localidades do Vale do São Francisco, bem próximas, onde a média anual é superior a 26° C (6).

nanchas úmidas da encosta oriental estão recobertas pela floresta sub-caducifó

lia tropical. Sob as copas de seus pau-d'arcos floridos encontram-se com frequência begônias, orquídeas e fetos. Nesta faixa, que inclui municípios como Barra da Estiva, Lençóis e Morro do Chapéu, estão as mais belas paisagens do Estado da Bahia. Nas áreas elevadas, de clima semi-úmido, predomina o cerrado, mais conhecido como "gerais" e nas encostas e superfícies arrasadas, áreas mais baixas e de clima mais árido, a caatinga.

## DESBRAVAMENTO DO SERTÃO

Embora o regimento entregue por D. João III a Tomé de Souza, I Governador Geral já indicasse a conveniência de penetrar "sertão a dentro da terra da Bahia" (7), só um século e meio mais tarde seria concluída esta tarefa. O combate ao indígena hostil e seu apresamento, incentivado pela Metrópole como meio de suprimento de mão-de-obra escrava, e a necessidade de abertura de estradas em direção ao norte, como alternativa à navegação marítima naquele trecho de costa carente de ventos, foram os primeiros incentivos à penetração no interior (8). Contudo, não se conseguiu fixar o homem no interior, salvo nas zonas de cultivo da cana-de-açúcar, como o Reconcavo da Baía de Todos os Santos, muito próximo da Capital.

No século XVII, a reação à ocupação holandesa, sob forma de guerrilhas, na faixa compreendida entre os rios Real e São Francisco, preparou o caminho para a colonização da região norte do Estado. Chegou-se, em 1655, às cabeceiras do Itapicuru e do Jacuípe e repartiram-se terras, três anos mais tarde, em Jacobina e no São Francisco, que foram ocupadas por grandes currais de gado. Enquanto uma parte dos colonizadores cruzava o São Francisco seguindo em direção norte, outra seguia a borda direita do rio em direção à nascente. Em 1663, já estava apropriada toda a margem baiana do mesmo rio (9). O arco compreendido entre Urubu de Cima, atual Paratinga, até baixo da confluência do Rio Salitre, passando pelas nascentes dos rios Real, Itapicuru e Inhambupe pertencia quase exclusivamente à Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, e à Casa da Torre, dos D'Ávila. Os Guedes de Brito subiram o São Francisco, levando seus rebanhos até o interior mineiro. Os D'Ávila expandiram seus currais para o norte, cruzando o São Francisco e penetrando no Piauí.

Dominados os Maracás, em 1673, pelo bandeirante paulista Estevam Ribeiro Baião Parente, por solicitação do Governo Provincial, foi imediatamente iniciada a distribuição de terras na faixa situada à leste da Chapada Diamantina, desde Maracás

até a Serra do Orobó. Glebas de terras foram também distribuídas entre os rios Paraguaçu e de Contas, poucos anos depois. Na última década do século XVII, já toda a Bacia do Paraguaçu estava doada a proprietários privados, inclusive a zona de Lençóis (10). Fechava-se, assim, um cinturão de colonização em torno da Chapada Diamantina, sem porém desbravá-la.

Também as entradas baianas, que perseguiam metais e pedras preciosas, durante os séculos XVI e XVII, contornaram, ou no máximo, tangenciaram a Chapada Diamantina. Dentre estas, podemos citar as duas mais importantes: a de Gabriel Soares de Souza e a de Belchior Dias Moreyra. A primeira, partindo das margens do Jaguaripe, subiu em direção ao norte até Jacobina, onde descobriu ouro e supostamente prata, daí prosseguindo pelos rios Salitre e São Francisco, em busca da nascente deste último. Belchior Dias Moreyra, que prosseguiu as pesquisas de Gabriel Soares de Souza, explorou uma larga faixa do Sertão, que se estende da Serra de Itabaiana às cabeceiras do Paramirim sem penetrar na região montanhosa, mais tarde conhecida como Chapada Diamantina (11).

## A DESCOBERTA DO OURO

É com o advento do Ciclo da Mineração que se efetiva o processo de colonização do interior, não apenas baiano, como brasileiro. As descobertas de ouro em Minas Gerais e na Bahia são contemporâneas. Em 1701 a Coroa Portuguesa já tinha conhecimento da ocorrência deste metal nas cabeceiras do Itapicuru, em Jacobina (12). O medo da cobiça espanhola, do abandono das culturas litorâneas de cana e fumo, e do agravamento do problema dos quilombos fez com que o governo de D. Rodrigo da Costa (1702-1705) mandasse sustar a exploração de ouro na Bahia e no Espírito Santo, e tentasse, sem êxito, impedir o êxodo da população para Minas Gerais (13).

No outro extremo da Chapada o bandeirante paulista Sebastião Raposo descobriu ouro, na segunda década do século XVIII, na nascente do Rio de Contas Pequeno, hoje conhecido como Brumado, surgindo assim a Aldeia de Mato Grosso, transformada, em 1718, na sede da primeira Freguesia do Sertão de Cima (14). Novas pepitas foram descobertas rio abaixo, surgindo outro assentamento humano no local da atual Cidade de Livramento de Nossa Senhora.

Embora proibida, prosseguia clandestinamente a mineração em Jacobina, em

meio a muitas desordens. Face ao êxito da criação das vilas de Sergipe do Conde, Jaguaripe e Cachoeira, como forma de manter o controle social e político, o Marquês de Angeja encarece, em abril de 1718, a El-Rei de adotar a mesma medida em Jacobina, apesar das dificuldades criadas pelo Conselho Ultramarino à criação de novas vilas (15). Carta Régia, de 5 de agosto de 1720, liberou, finalmente, a mineração em Jacobina e autorizou sua transformação em vila. Permanecia, porém, a proibição em Rio de Contas (16). D. Vasco Fernandes César Menezes, Conde de Sabugosa, preocupado com a evasão do "quinto" do ouro e desordens naquelas duas minas (17), decide, então, encarregar o sertanista baiano, Pedro Barbosa Leal, de fundar vilas em Jacobina e Rio de Contas.

Na missão franciscana de Sahy é fundada, em 24 de junho de 1722, a Vila de Jacobina, que dois anos mais tarde é transferida para o Arraial de Bom Jesus. Por outro lado o povoado existente no local da atual Cidade de Livramento é transformado, em 1724, na Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas (18). Também esta é transferida, em 1746, para um novo sítio, o da atual Cidade de Rio de Contas. Um caminho ligando os dois centros de mineração é aberto por Pedro Barbosa Leal, em 1725, que informa existirem em funcionamento 700 bateas em Jacobina e 830 em Rio de Contas. Provisão do Conselho Ultramarino, de 13 de maio de 1726, ordena que se criem casas de fundição nas duas vilas. Estas fundições funcionaram até 1752, quando nova provisão criou a casa de fundição de Arassuaí, Minas Gerais, mandando que ali fosse fundido o ouro de Jacobina e Rio de Contas (19). Em 1755, toda a fundição de ouro foi centralizada em Salvador.

A profusão de diamantes descobertos na Comarca de Serro do Frio, Minas Gerais, em 1729, e os incentivos criados pelo Conde de Sabugosa para a lavra diamantífera provocaria o êxodo dos garimpeiros para aquela região, despovoando as minas do sertão baiano. Esta deserção durou pouco, pois os preços dos diamantes no mercado internacional caíram 75%, devido à grande produção do Serro do Frio, o que obrigou a Coroa a proibir, temporariamente, a lavra de diamantes (20).

Rio de Contas, cujas lavras eram mais produtivas e que estava estrategicamente situada à margem do caminho que ligava o porto de Salvador aos sertões de Minas Gerais e Goiás, transforma-se rapidamente em uma verdadeira capital regional. Sua área de influência era enorme. Os termos das duas vilas, Jacobina e Minas de Rio de Contas, estendiam-se muito além da Chapada Diamantina e Serra Geral. Em di-

reção norte-sul, este território ia da altura do atual Município de Mirangaba até à fronteira Bahia-Minas; na direção transversal, desde o Rio São Francisco até 100km da Costa. Um estreito corredor, margeando o Rio de Contas, conectava este imenso território com o Atlântico.

O primeiro desmembramento de Jacobina ocorreu em 1746, quando se emancipou a Freguesia de Urubu de Cima, com sede na atual Paratinga. No século XIX, três novos municípios se emanciparam de Jacobina: Monte Alegre (1857), hoje, Mairi; Morro do Chapéu (1864); e Riachão do Jacuípe (1878) (21). Por fracionamento destes, no final do século, já eram doze os novos municípios surgidos do primitivo termo da Vila de Jacobina. Neste século este número se multiplica por três.

Minas do Rio de Contas, por sua vez, perdeu, em 1732, Barra do Rio de Contas, atual Itacaré. No século XIX, sofre mais quatro desmembramentos: Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité (1810), atual Caetité; Santa Isabel do Paraguaçu (1847), hoje Mucugê; Bom Jesus do Rio de Contas (1878), atual Platã; e Água Quente (1878) (22). Estes, por seu turno, se desmembraram em outros. No final do século XIX, no termo da Vila de Minas do Rio de Contas já haviam surgido vinte novos municípios. No presente século este número sobe para oitenta e um. Resumindo, onde, em 1724, havia apenas dois municípios, existem atualmente 122.

A mineração de ouro na Chapada Diamantina serviu para desenvolver outras regiões limítrofes como o Vale do São Francisco e a Serra Geral que com seus criatórios de gado e lavouras de subsistência abasteciam os centros mineiros. A Serra Geral já estava ocupada, desde meados do século XVII, pelos currais do Antônio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, mas a criação extensiva de gado não propiciou o aparecimento de aglomerados urbanos importantes. Este fato só se concretizou com o fluxo e refluxo de garimpeiros que se iniciou no século XVIII, entre a Chapada Diamantina e as lavras de Minas Gerais, em decorrência da descoberta do ouro baiano. Caetité, situada à margem da mais importante estrada que ligava estas duas regiões, tornou-se ponto de parada obrigatória. Mais tarde, descobriu-se ali ouro e até diamantes. Palmas de Monte Alto é outra destas povoações surgidas como ponto de passagem da mesma estrada que ligava a Chapada Diamantina às barrancas do São Francisco.

As jazidas auríferas baianas começaram a se esgotar nos primeiros anos do sécu

lo XX, embora tenham ocorrido algumas descobertas tardias, e de pouca importância, na parte noroeste da Chapada, na Serra do Assuará. Povoações como Gentio do Ouro e Santo Inácio surgiram em função desta mineração, na década de 1830.

## O EFÊMERO CICLO DIAMANTÍFERO

A liberação da lavra de diamantes no território baiano marcou outra etapa da colonização da região montanhosa do Estado. Em 1732, a Coroa já tinha conhecimento oficial da existência de diamantes em Jacobina iguais aos do Serro do Frio. Como a exploração de diamantes estava proibida pela Carta Régia de 16 de março de 1731, para recuperação dos preços do produto, esta nova descoberta foi ocultada do público (23). Três anos mais tarde, foi reaberta a exploração de diamantes, mas a Coroa restringiu sua lavra ao chamado Distrito Diamantino de Minas Gerais. A liberação da mineração em outras regiões só ocorreria um século mais tarde, em 1832.

Neste lapso de tempo, sucederam-se novas descobertas que foram também ocultadas. Segundo a tradição, o Capitão-Mor Félix Ribeiro de Novaes, pesquisando a Serra do Gagau, em 1817 ou 1818, reuniu alguns diamantes que apresentou ao Cel. Joaquim Pereira de Castro, mas guardou disto segredo por estar proibida sua exploração. Da mesma época é a notícia de que SPX & MARTIUS reconheceram o caráter diamantífero da região e deram conhecimento do fato ao Sargento-Mor Francisco José da Rocha Medrado, grande latifundiário na Serra do Sincorá (24). Só após a liberação das restrições à lavra diamantífera é que se criaram condições para um novo surto de mineração no Estado.

Em fins de 1839, um explorador mineiro descobriu diamantes no lugar denominado Tamanduá, distante onze léguas de Gentio do Ouro, na parte noroeste da Chapada (25). Cerca de um ano após, são feitas novas descobertas em Santo Inácio, centro aurífero da Serra do Assuará, e pouco depois em Morro do Chapéu. Segue-se as descobertas feitas por uma família de nome Grota, na Chapada Velha, na Serra das Aroeiras (26). Este último garimpo foi o maior centro de mineração diamantífera da Bahia, até setembro de 1844, quando foram descobertas ricas "faisqueiras" na vertente oriental do planalto, mais precisamente em Mucugê. Os diamantes até então encontrados eram pequenos e de pouco valor, enquanto os do Rip, Mucugê eram abundantes de boa qualidade e peso.

Ocorreu, então, uma corrida sem precedentes para aquela região, despovoando-se

os antigos centros de mineração aurífera baianos, e diamantíferos mineiros. As lavras reproduziam-se por encanto, e não ficou leito de rio, córrego ou brejo da vertente oriental da Chapada Diamantina que não fosse escavado.

Este surto de mineração foi responsável pelo surgimento de uma nova geração de assentamentos humanos na região. De Mucugê, a lavra de diamantes expandiu-se para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas dando novo alento a vilas como Barra da Estiva, Rio de Contas e Caetité, e para o norte, criando novas povoações como Xique-Xique (Igatú), Andaraí, e Lençóis entre outras, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se, assim, a região que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina. Em poucos meses, uma população de 25.000 pessoas afluía para a região (27). A crise de moradia e a índole nômade dos garimpeiros fizeram com que grutas naturais fossem transformadas em habitação e famílias inteiras vivessem, durante anos em barracas de pano.

Durante um século, de 1745 a 1845, Rio de Contas foi o grande entreposto comercial da região, mas com a descoberta dos diamantes Lençóis arrebatou esta função da antiga vila. Seguindo a trajetória do antigo Caminho Real, que ligava Salvador a Minas Gerais e Goiás, é iniciada, em 1856, uma ferrovia que partia do Porto de São Félix e chegava até o sopé da Chapada Diamantina, isto é, ao Povoado de Machado Portela, para facilitar a exportação de diamantes. Um ramal atinge Bandeira de Melo, a vinte léguas de Lençóis (28).

O Caminho Central da Bahia, como era conhecido, cruzou o Paraguaçu, em 1885, e se articulou com o ramal Cachoeira-Feira de Santana. Também a navegação fluvial é ativada para atender à nova capital das lavras. Uma comissão é criada pelo Governo em 1861 para desenvolver a navegação à vapor nos cursos baixo e médio do Paraguaçu e deste, pelo Rio Santo Antônio, até Lençóis.

A importância das lavras cresce tanto que o Governo Provincial estuda a possibilidade de transferir para aquela região a Capital. O local escolhido pela comissão, chefiada pelo Eng<sup>o</sup> João Carlos Greenhalgh, foi Cascavel, localizada num dos mais belos altiplanos da Serra do Sincorá (29). O governo francês chega mesma a abrir um Vice-consulado em Lençóis.

Mas enquanto o Ciclo Aurífero Baiano durou mais de cem anos, o Diamantífero se

esgota em um quarto de século. Já em 1871, a produção diamantífera entrava em decadência com a concorrência das jazidas sul-africanas, descobertas seis anos antes. O colapso da região não foi maior devido à repentina valorização do carbono, ou vulgarmente conhecido "carbonato", utilizado na fabricação de brocas para perfurar rocha. O início dos trabalhos do Canal do Panamá (1880) provocou uma grande demanda deste produto, fazendo seu preço quase se igualar ao do diamante (30).

O francês A. Chibaribere chega às lavras e começa a pagar 300 a 500 réis por aqueles grãos pretos, desprezados até 1871, e que a Bahia era o único produtor mundial. A produção ascende a sessenta mil quilates anuais. Não apenas as grandes obras de engenharia, como canais, túneis e galerias de metrô exigem este novo produto, mas também a indústria mecânica para usinagem e polimento de suas peças (31). Mais uma vez o Brasil alimenta a Revolução Industrial sem colher seus frutos.

A exploração do diamante, e posteriormente do carbonado, fazia-se segundo o sistema da meia-praça: a associação entre o capital de grandes comerciantes, conhecidos como "fornecedores", e a força de trabalho dos "garimpeiros", detentores da técnica de mineração (32). Na prática porém, os "fornecedores", ao avaliarem a produção dos garimpeiros por preços muito inferiores aos de mercado, apropriavam-se da maior parte da produção. Existiam ainda os "capangueiros", que controlavam a comercialização e exportação da produção mineral, assim como a importação de artigos europeus. Este sistema favorecia a uma forte concentração da riqueza e grandes tensões sociais. De um lado a "gente da praça" esbanjando dinheiro, do outro, uma enorme população garimpeira vivendo em "locas" e tendas e se alimentando, a semana inteira, do "saco" de farinha com iscas de carne seca e rapadura, adiantado pelos "fornecedores".

## ECONOMIA SUBSIDIÁRIA

A agricultura foi uma atividade secundária na área de mineração da Bahia. Na Chapada Diamantina, região semi-árida e cespia, surgiram aldeias, vilas e cidades que se podiam classificar de prematuras, pois só depois desenvolveram uma agricultura rudimentar de subsistência. Por esta razão, estes aglomerados enfrentaram graves crises de abastecimento alimentar. Seus suprimentos vinham do Re-

côncavo, da Serra Geral e do Vale do São Francisco, onde estavam situados imensos currais de gado. SPIX & MARTIUS afirmam que, em 1810, morreram centenas de pessoas de fome em Rio de Contas. A seca de 1859/62 provocou o mesmo efeito em todo o planalto (33).

De qualquer modo, algumas lavouras tropicais tipo "plantation system" foram desenvolvidas na vertente oriental da Chapada Diamantina, especialmente quando já se esgotavam suas minas. O excedente de mão-de-obra atraída pela mineração e o preço vantajoso do algodão no mercado internacional, devido à substituição da lã pelo algodão nos tecidos populares, fizeram com que fosse introduzida, ainda no século XVIII, esta lavoura na região de Jacobina. No século XIX, com a implantação de fábricas de tecido em Valença e Salvador, procuraram as autoridades estimular e ampliar o cultivo do algodão no Estado. Esta lavoura se expandiu em direção sul, seguindo o sopé da Chapada Diamantina até atingir a Serra Geral. SPIX & MARTIUS quando estiveram, em 1818, em Caetité foram informados que se cultivava algodão há mais de vinte anos, o que contribuía para fazer da vila um dos mais ricos empórios do sertão baiano.

Da mesma época são os canaviais da região de Rio de Contas no meio dos quais ainda gemem pequenos banguês ou engenhocas que produzem rapadura, açúcar mascavo e aguardente para consumo local (34). Outra região de produção de cana-de-açúcar é o Vale do Utinga.

Também seguindo a encosta leste do planalto, favorecido pelo regime pluviométrico, foi se desenvolvendo, a princípio nos quintais, a lavoura do café, no final do século XIX, à medida que decaía a produção diamantífera. O café não teve, porém, nem o apoio governamental nem a importância de outros produtos agrícolas baianos tradicionais (35). Só recentemente, o Instituto Brasileiro do Café decidiu desenvolver a cafeicultura na região.

Outra atividade econômica que teve uma relativa importância foi o artesanato, especialmente em Rio de Contas. A Casa de Fundação, criada em 1726, introduziu na região a técnica de moldagem de metais, especialmente do ouro. Com isto criou-se uma ourivesaria que com o esgotamento das minas se transformou em metalurgia artesanal. Foi especialmente desenvolvida a cutelaria e a produção de ferragens para selas, o que propiciou o aparecimento de um outro artesanato muito

próspero, o do couro. Um desses fabricantes de facas e punhais foi tão famoso pela eficiência e confiabilidade de seus produtos que seu nome, José Tranquillino, passou a ser sinônimo de punhal na região (36).

Foi o artesanato que manteve Rio de Contas depois do esgotamento das jazidas de ouro. Em 1951, quando Marvin Harris fez um interessante estudo sobre esta comunidade, o artesanato era a principal fonte de recursos da cidade (37). No início dos anos sessenta, Walfrido Moraes em nota de rodapé de seu clássico ensaio sobre "coronelismo" afirmava que Rio de Contas era um centro artesanal impressionante, "onde a indústria doméstica era tão disseminada que se pode considerar cada casa uma oficina" (38). A concorrência dos produtos industriais do sul do país acabou por completo este artesanato.

Em Lençóis ocorreu algo semelhante, quando se intensificou a concorrência dos diamantes da África do Sul. Sabe-se que funcionaram três oficinas de lapidação na cidade. A mais antiga foi instalada em 1880, por Francisco José Lopes, que introduziu no Estado a técnica holandesa.

## LUTAS POLÍTICAS E ESTAGNAÇÃO

Embora fossem os paulistas os descobridores e primeiros exploradores do ouro em Rio de Contas, logo afluíram para a região aurífera baiana grandes levas de garimpeiros originários de Minas Gerais, que conheciam a técnica da mineração, e que se encontravam a apenas 300km de distância. Avançando em direção ao nordeste pelo Vale do São Francisco ou pelas cumeadas da Serra do Espinhaço atingiam a chapada que mais tarde seria adjetivada de diamantina. Misturados com eles chegaram, também, lavradores e boiadeiros da Serra Geral e Vale do São Francisco, aventureiros e foragidos da Justiça todos unidos pela ilusão da riqueza fácil. Por outro lado, ricos comerciantes da Capital e senhores de engenho do Recôncavo, acompanhados de seus escravos, se estabelecem na região, controlando a exportação de ouro e, mais tarde, de diamantes e a importação de produtos europeus, bem como a distribuição de víveres do Recôncavo e do Vale do São Francisco. Mais tarde, quando da descoberta de diamantes na região, ocorreu outra corrida de garimpeiros, provenientes do Tijuco e do Grão Mongol.

As grandes diferenças sociais e culturais das duas maiores correntes migratórias fez surgir na chapada fortes antagonismos. De um lado, estavam os originários do

Planalto Central Brasileiro, do Alto Sertão baiano e do Vale do São Francisco, do outro, comerciantes do Recôncavo descendentes ou mesmo portugueses, identificados com os interesses da Coroa. Estas tensões vieram explodir pela primeira vez em 1831, em consequência da crise que redundou na renúncia de D. Pedro I. A chamada "Guerra do Mata-Maroto" teve como cenário Rio de Contas, e exigiu a intervenção do Governo da Província para evitar maiores violências (39).

Trinta anos mais tarde, quando se realiza a primeira eleição em Lençóis para indicação de um representante no Senado Estadual e dos membros do Conselho Municipal, travava-se uma violenta disputa entre os "serranos", sob o controle de um mineiro do Tijuco, Cel. Felisberto Augusto de Sá, e os "baianos", chefiados pelo Cel. Antônio Gomes Calmon, originário do Recôncavo. Esta competição, que fez tombar, varados pelo punhal ou balas dos jagunços, numerosos membros dos dois partidos, se prolonga e avoluma na nova Capital das Lavras até a eclosão da Revolução Brasileira de 1930. Os partidos locais vão, pouco a pouco, se alinhando aos partidos da Capital. Os "serranos" do Cel. Felisberto Augusto de Sá são agora Liberais, embora apelidados na região de "pinguelas", enquanto os "baianos" do Cel. Antônio Gomes Calmon aderem aos Conservadores, mas tomam a alcunha de "mandiocas" (40).

Ao contrário dos senhores de engenho da costa, que com as mudanças decorrentes da liberação dos escravos e Proclamação da República se deixaram abater, os coronéis do sertão recrudescem suas lutas pela posse da terra e domínio político regional, como forma de sobrevivência no novo quadro, que é agravado pelo esgotamento das minas. Mas para isto concorreu, também, o novo papel atribuído pela República aos coronéis. Como os Governadores passaram a ser eleitos e não mais nomeados como os Presidentes de Província, os governantes e políticos tinham que cortejar os chefes sertanejos para se manterem no poder. Os grandes proprietários de terra, portadores de patentes da Guarda Nacional, exerciam ao mesmo tempo o poder econômico e político, disputando os cargos de representação a nível local, estadual e federal e indicando seus protegidos para as coletorias, para a justiça e para a polícia local.

No início deste século, em plena decadência da mineração, as lutas entre famílias atingem uma violência nunca antes vista na Chapada Diamantina. De uma família originária do antigo Tijuco, em Minas Gerais, das primeiras a se estabelecer na

Chapada Velha, atual distrito de Brotas de Macaúbas, surge o mais aguerrido caudilho do sertão baiano, Horácio de Matos, que chega a ameaçar invadir Salvador.

Após tentar a paz com os inimigos de sua família e de clamar, em vão, justiça, Horácio de Matos situa, no final de 1915, Campestre, onde o Cel. Manuel Fabrício de Oliveira homiziava os assassinos de seu irmão. No ano seguinte, revidando as violências do Cel. Militão Rodrigues Coelho, praticadas em Brotas de Macaúbas, Horácio de Matos marcha com seus homens sobre seu reduto, Barra do Mendes, tomando-o após cinco meses de lutas e pondo em debandada, como no caso anterior, as tropas da polícia mandadas em seu socorro (41). A fama de Cel. Matos ultrapassa as fronteiras do Estado.

Em 1919, com a campanha para a sucessão estadual, Salvador se agita. A oposição, encabeçada por Ruy Barbosa, temia as manobras do Governador Dr. Muniz Ferrão de Aragão para reconduzir o Dr. José Joaquim Seabra, que lhe havia antecedido. Ernesto Simões Filho, diretor-proprietário do jornal "A TARDE", imagina obter o apoio dos sertanejos explorados e insatisfeitos para a oposição e organizar uma marcha sobre a Capital, caso as eleições fossem fraudadas. O Coronel Manuel Alcântara de Carvalho, líder oposicionista de Lençóis, serve de intermediário entre o jornalista e o caudilho que não nega seu apoio. O mesmo Cel. Manuel Alcântara de Carvalho alicia outros coronéis descontentes, articulando o movimento desde as barrancas do São Francisco às matas do Orobó.

As eleições realizam-se com muitos conflitos. Ante os indícios de esbulho, Horácio de Matos e outros chefes sertanejos iniciam sua marcha sobre a Capital. Para evitar a deposição do Gov. Antônio Muniz, o Governo Federal resolve decretar a intervenção no Estado e contorna a crise, celebrando acordos com os principais chefes políticos interioranos. O Convênio de Lençóis foi o triunfo da Revolução Sertaneja. Horácio de Matos, agora instalado na Capital das Lavras, é, sem dúvida, o Governador do Sertão (42).

Intrigas forjadas, em 1925, por seus inimigos provocam um sério incidente entre os então, Sen. Horácio de Matos e Gov. Góes Calmon, que manda ocupar a Cidade de Lençóis para dar posse a um novo Delegado de Polícia, adversário do caudilho. Mais uma vez o Cel. Matos põe em debandada as tropas da polícia e os jagunços dos Sá, seus inimigos, que em represália incendiavam as povoações do Roncador, Man-

gueiras, Caldeirões, Cachorrinhos, Piçarras e Meio do Mundo e devastam as lavouras e rebanhos do Vale do Utinga (43).

A estes estragos somam-se os provocados, um ano mais tarde, pela presença da Coluna Prestes no Sertão e sua perseguição pelos jagunços de Horácio de Matos e Cel. Franklin de Albuquerque, a pedido do Governo Federal. Estas lutas deixam a já combalida economia sertaneja aniquilada. Na perseguição aos revoltosos até a fronteira da Bolívia, os voluntários do Batalhão Lavras Diamantinas conhecem os ricos garimpos do Rio das Garças, do Araguaia, do Aquidaúna, do Caçununga, do Lageado e pensam em, algum dia, voltar.

Triunfa a Revolução de 1930 e Horácio de Matos atende ao apelo do comandante das forças revolucionárias na Bahia, Ten. Juracy Magalhães, de pacificação e desarmamento do Sertão. Por sua ordem são entregues ao Governo quase 30.000 armas. Uma vez desarmados, Horácio de Matos e outros coronéis são presos e enviados a Salvador. Sob os protestos do Clero, da Magistratura e do Comércio, através da Associação Comercial, ele é liberado em 13 de maio de 1931 e assassinado dois dias depois, a mando de parentes do Major de Polícia João da Mota Coelho, que tombara cinco anos antes, durante o Cerco de Lençóis (44).

Com sua economia destroçada e agora sem liderança política, a Chapada Diamantina se estagna e grande parte de sua população emigra. Vão para as lavouras de café de São Paulo e Paraná, para os sertões de Minas Gerais e Goiás, mas principalmente para os garimpos de Mato Grosso, que já conheciam (45). Só permanecem em suas cidades e vilas aqueles que não têm possibilidade de viajar.

## URBANISMO E ARQUITETURA POPULAR

A civilização da mineração no Brasil, como em outros países, foi eminentemente urbana. Os novos assentamentos humanos surgiam da noite para o dia em zonas anteriormente desertas. Por não terem lançado suas raízes no campo, estes aglomerados se converteram em cidades fantasmas, no início do século atual, quando se esgotaram suas lavras.

O urbanismo destes núcleos, como é comum nas regiões mineiras de todo o mundo, é espontâneo com uma trama irregular de ruas estreitas e enladeiradas (46). Apenas uma cidade foge a este padrão, Rio de Contas, verdadeira "new town", trans-

ferida para um novo sítio após vinte anos de criada como Vila. Ali, ruas, praças e lotes urbanos são amplos e de traçado razoavelmente regular.

Nas zonas colonizadas no século XVIII, como Jacobina, Rio de Contas e Serra Geral o padrão arquitetônico é o do Litoral: construções robustas de paredes autoportantes de adobe ou pedra, usualmente caiadas, com pequenas aberturas e vergas retas ou em arcos abatidos. Os sobrados nestas zonas são quase sempre do século XIX.

Na faixa de mineração de diamantes, isto é, na vertente oriental do planalto, colonizada em meados do século passado por garimpeiros, na maior parte originários da Comarca do Serro do Frio, o padrão arquitetônico é o mineiro: construções mais leves e coloridas, onde os vazios prevalecem sobre os cheios. A estrutura é geralmente em madeira, independente da vedação, que pode ser de pau-a-pique ou adobe. As construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas. Os sobrados surgem logo a seguir e seus vãos já denotam influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo. Em muitos edifícios, uma fachada apresenta portas e janelas com arcos plenos e a outra em arcos abatidos e apontados (47). Muito frequentes na região, são também os vãos em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival, que são encontrados também em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto (48) e Diamantina (49).

Não concordamos com Herberto Sales quando afirma que a civilização do diamante não chegou a criar nenhum tipo de casa estável, como ocorreu, por exemplo, com a casa-grande das regiões canavieiras (50). Embora apresentando uma volumetria semelhante, que resulta da adoção dos mesmos tipos de telhados de quatro ou duas águas, a casa do Sertão difere muito, enquanto organização espacial, das residências do Recôncavo.

Em vez da planta longitudinal, organizada em função de um extenso corredor central, para onde se abrem invariavelmente todas as alcovas e quartos, a casa sertaneja apresenta uma planta mais larga que profunda, que se caracteriza pela presença de três faixas de uso, perfeitamente definidas. Na frente, debruçando-se sobre a rua, estão os salões sociais. No meio, situam-se as alcovas, frequentemente superpostas por um sótão, utilizado como depósito, que aproveita o desvão maior do telhado. Finalmente, abrindo-se para o pátio ou quintal, estão os salões de intera-

ção familiar: o jantar, a sala de costuras, etc. Nas casas maiores, especialmente rurais, duas filas de dormitórios complementares se alinham ao longo das fachadas laterais ou empenas.

Por certo esta casa também apresenta uma circulação central, porém curta, e com função diferente do corredor longitudinal do Recôncavo e outras regiões costeiras do país. No Litoral, o corredor é a espinha dorsal da casa, que articula todos os cômodos; no Sertão, o corredor é uma via bloqueada, que conduz o visitante aos salões de visitas ou de jantar. Ali os dormitórios desembocam diretamente nos salões; os de hóspedes, nas salas de visitas; os da família, no jantar.

Este tipo de planta foi adotado com igual frequência na arquitetura civil rural e urbana da região. Uma variante muito interessante desta tipologia são as casas geminadas de fazenda da região de Livramento de Nossa Senhora. São edifícios que foram duplicados ou ampliados quando do casamento do primogênito, prática possivelmente associada à instituição do morgado.

Com exceção de Lençóis, onde um rápido crescimento demográfico, aliado à escassez de terrenos planos favoreceu o aparecimento de lotes estreitos e construções em altura; no restante da Chapada Diamantina e Serra Geral, os sobrados são quase exceções em meio ao casario térreo de suas cidades. Paralelamente a estes sobrados, que seguem a tradição costeira — com o térreo reservado para o comércio ou serviços da casa e demais andares para a acomodação da família — desenvolveu-se na região outra interessante tipologia arquitetônica: a casa térrea de uso misto.

Estes edifícios, nos quais vivenda e loja estão no mesmo nível, se difundiram com o ciclo diamantífero, embora existam exemplos anteriores. Sua origem parece ligada à forma de exploração dos metais e pedras preciosas, ou seja, a "meia praça". Capangueiros e fornecedores necessitavam ter junto à casa uma loja, onde faziam seus negócios e onde estocavam víveres para os "sacos", que eram fornecidos aos garimpeiros. Tão generalizadas são estas casas, na vertente oriental da Chapada, que é possível que outros comerciantes tenham também assimilado este hábito de viver e trabalhar no mesmo local.

Um elemento característico das casas urbanas do Sertão é o quintal, que pode atingir,

muitas vezes, cinquenta ou mais metros de profundidade. Os quintais são em geral murados e divididos em duas seções. A primeira é o pátio, pavimentado e contornado em dois lados por varandas, para onde se abrem o jantar e o apêndice, formado pela cozinha, com seu fogão de lenha e forno em meia laranja. É geralmente neste pátio que está localizada a cisterna.

A segunda parte é o pomar, também murado, que se abre por um portão para uma rua secundária, riacho ou campo, conforme o caso. Este pomar serve a complementar o abastecimento alimentar da família. Ali são cultivadas hortaliças, milho, cana, café, frutas e reproduzidos e engordados porcos e galinhas. As famílias mais ricas dedicam uma parte considerável deste pomar para o cultivo de flores. É também neste pomar que é cavada, nas casas mais modestas, a fossa seca, (51) quando não é utilizada a moita de bananeiras.

O "status" social das residências se afirma não só pelas dimensões e número de pisos das mesmas, como pela decoração e materiais de revestimento. Residências mais ricas possuem pisos assoalhados sobre porões altos e forros de tábuas ou lona, janelas guarnecidas de treliças, vidros ou venezianas, e fachadas emolduradas por cunhais e frisos decorados. Casas modestas têm piso em lajotas de barro cozido ou terra batida, janelas cegas, e não possuem forros nem decoração.

Da maior importância é a arquitetura vernácula da região, constituída por "locas" ou "tocas" e ranchos de alvenaria de pedra seca, recobertos por palha de pindoba. Estes dois tipos de habitação estão entre os mais primitivos existentes no país. O primeiro é um tipo de habitação rupestre do mesmo gênero das habitações trogloditas encontradas na Ásia, Europa e América do Norte, embora as nossas datem da segunda metade do século passado. As "locas" ou "tocas" da Diamantina são grutas naturais com adições, transformadas em habitações temporárias, à margem dos garimpos. No Distrito de Igatu, Município de Andaraí, há porém exemplos de "tocas" urbanas, de utilização perene, ainda hoje ocupadas.

Não há dúvida de que a arquitetura doméstica foi a mais importante manifestação artística desta civilização, se assim se pode chamar.

As construções religiosas da região são pobres, embora distintas das litorâneas. Durante o período colonial, a Coroa preocupada com o fato de muitos padres aban-

donarem seus deveres para irem às zonas de mineração e contrabandearem ouro e diamantes através de suas Ordens, expediu sucessivas cartas régias, no primeiro quartel do século XVIII, mandando que os mesmos fossem expulsos das Lavras (52). Os edifícios religiosos da região são em geral igrejas de paróquias, capelas seculares e de confrarias. Na Bahia, ao contrário do que ocorreu em Minas Gerais, o rompimento com a tradição monástica não significou uma renovação da arquitetura religiosa, senão seu empobrecimento.

Um dos tipos mais curiosos de templos da região são as igrejas de três naves, iniciadas, mas não concluídas, durante o ciclo diamantífero, como: a Igreja de Santana, de Rio de Contas; Matriz de Santa Isabel, em Mucugê; e Igreja Nova, de Palmas de Monte Alto. A primeira possui nave principal e capela-mor separadas das naves secundárias e sacristias por arcarias, enquanto as duas últimas adotaram o sistema arquivado, em lugar do arqueado.

Embora tenham surgido igrejas de três naves durante o século XIX em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro, é provável que os templos lavristas tenham se inspirado em algumas igrejas mineiras da primeira metade do século anterior, como as Matrizes de Sabará e Mariana e a Capela do Rosário de S. Rita Duarão, esta última da segunda metade do século. Seja qual for a origem, o fato é que a Igreja de Santana de Rio de Contas serviu de modelo para a transformação, no início deste século, de numerosas matrizes de corredores laterais em igrejas de três naves. Podemos citar os exemplos de Jacobina, Riacho de Santana, Ibiassucê, Condeúba, Caetité e Ituaçu.

Outra característica da arquitetura regional é a persistência de modelos e elementos muito arcaicos, ao lado das últimas inovações decorativas, o que dificulta, sobretudo, a identificação da época dos edifícios. Casas de Câmara e Cadeia semelhantes à de Jaguaripe (1697) e capelas com partido em "T", como a primitiva Igreja da Palma de Salvador, continuavam a ser construídas até o final do século passado na Serra Geral e Chapada Diamantina. O mesmo se pode dizer de elementos arquitetônicos como: mirantes, beirais do tipo beira-seveira e janelas protegidas por barrotes verticais de seção quadrada. Não raro estes elementos se misturam com lambrequins, com arcos ogivais e vãos em mitra.

Todo este notável acervo arquitetônico está desprotegido. Muitos edifícios ruíram

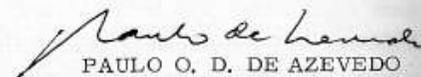
por abandono, como o monumental Solar do Brejo, construído por Antonio Pinheiro Pinto, entre 1808 e 1812, em terras que pertenciam em 1755 ao familiar do Santo Ofício, Miguel Lourenço de Almeida. Com a decadência econômica e social de seus descendentes e sub-divisão das terras da antiga Fazenda Serra das Éguas, o Solar do Brejo desabou em 1949 (53). Seus últimos vestígios foram eliminados, recentemente, pela companhia que explora, no local, a magnesita.

Outros edifícios foram demolidos, como o Sobrado da Prefeitura e algumas casas da Praça Horácio de Matos, em Lençóis, para dar lugar a edifícios públicos de arquitetura duvidosa. No Município de Livramento de Nossa Senhora a implantação de um grande projeto de irrigação ameaça destruir excepcionais exemplares de casas geminadas de fazenda.

Um perigo maior, porém, desafia o acervo cultural e natural da região. A cultura do café, que agora vem se desenvolvendo a todo vapor, ameaça expulsar as últimas macambiras, rainhas-do-prado e canelas-de-ema dos "gerais". Suas cidades, que em poucos anos deverão recuperar as populações que possuíam em meados do século passado, não contam com planos de desenvolvimento urbano. Dos 165 monumentos aqui reunidos, apenas sete possuem proteção legal.

Este inventário não pretende ser apenas um registro. Sua publicação se destina a despertar uma consciência, antes que nosso patrimônio seja apenas uma memória.

Salvador, agosto de 1980.

  
PAULO O. D. DE AZEVEDO

- 28 - PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memoria historica e descriptiva do municipio dos Lençoes (lavras diamantinas). Bahia, Oficinas da Empresa "A Bahia", 1910. p. 68.
- 29 - MORAES, Walfrido. Jaguços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Salvador, Edições GRD, 1973. p. 68.
- 30 - SAMPAIO, Theodoro, op. cit. p. 233-4.
- 31 - MORAES, Walfrido, op. cit. p. 19-20.
- 32 - SALES, Herberto. Garimpos da Bahia. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955. p. 33-43. (Documentário da vida rural, 8).
- 33 - PEREIRA, Gonçalo de Athayde, op. cit. p. 47.
- 34 - SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo, Nacional, 1956. p. 292. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5 - Brasília na, 9).
- 35 - OLIVEIRA, Waldir Freitas de. A Bahia no século XIX. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia. Atlas do Estado da Bahia. Salvador, Artes Gráficas, 1976. (C-03).
- 36 - MORAES, Walfrido, op. cit. p. 134, 139.
- 37 - HARRIS, Marvin. Town and country in Brazil. New York, Columbia University Press, 1956. p. 18.
- 38 - MORAES, Walfrido, op. cit. p. 10, nota 10.
- 39 - LEAL, Fernando Machado. Rio de Contas. Salvador, 1972. Monografia elaborada para o SPHAN.
- 40 - MORAES, Walfrido, op. cit. p. 27-9.
- 41 - CHAGAS, Américo. O chefe Horácio de Matos. São Paulo, Artes gráficas Bisordi, 1961.
- 42 - MORAES, Walfrido, op. cit. p. 97-107.
- 43 - Ibidem, p. 157-65, 192-3.
- 44 - Ibidem, p. 167-211.
- 45 - Ibidem, p. 214-5.
- 46 - Mesmo na América Espanhola, onde o urbanismo colonial obedeceu ao rígido padrão do tabuleiro de xadrez, os centros mineiros são de trama irregular. Exemplo disto são Potosí, na Bolívia, e Guanajuato, no México.
- 47 - Dentre outros exemplos, podemos citar o sobrado situado na esquina das praças Horácio de Matos e Aureliano Sá, em Lençóis.
- 48 - Vide RODRIGUES, José Wash. Documentário arquitetônico. São Paulo, Universidade de São Paulo, Livraria Martins, 1975. p. 68-9.
- 49 - Vide VASCONCELOS, Silvio de. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte, UFMG, 1979. p. 114.
- 50 - SALES, Herberto, op. cit. p. 41.
- 51 - HARRIS, Marvin, op. cit. p. 39-43.
- 52 - BAZIN, Germain. L'Architecture religieuse baroque au Brésil. São Paulo, Museu de Arte, Paris, Éditions d'Histoire et d'Art, Librairie Plon, 1956. t. 1, p. 152.
- 53 - SANTOS FILHO, Lycurgo, op. cit.